

PARA ALÉM DO RÓTULO: REPENSANDO A PSICOPATOLOGIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Renan Filho Martins¹
Alcione Januária Teixeira da Silveira²

cionepsi@hotmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais e Aplicadas

RESUMO

A desigualdade proveniente da segregação educacional nem sempre resulta em uma responsabilização dos legisladores ou dos atores escolares, pois a culpa do fracasso escolar dos alunos das classes menos favorecidas, na maioria das vezes, recai sobre eles e suas famílias. As marcas desta desigualdade têm origem na configuração que o Estado vem tomando desde o Brasil Império e permanece até os dias atuais. O objetivo do trabalho foi analisar a patologização de alunos na busca de diagnósticos. O presente artigo tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa a partir do método de observação. Os resultados mostraram que a patologização dos alunos na busca por diagnósticos é um fenômeno que merece atenção e reflexão por parte da comunidade educacional. Identificar e classificar comportamentos como desviantes, sem considerar o contexto e as múltiplas dimensões do ser humano, pode ser um equívoco que compromete a individualidade e a diversidade de cada estudante.

PALAVRAS-CHAVE: educação inclusiva; diagnóstico; patologização; contexto escolar.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito social garantido e um dever do Estado e da família. A educação deve ser promovida e incentivada juntamente à sociedade, colaborando no desenvolvimento do indivíduo, no seu preparo para o exercício da cidadania e em sua qualificação profissional (Brasil, 1988).

É importante compreender as desigualdades presentes no contexto educacional nacional como fruto de um processo sócio histórico para a formação de estratégias de superação e de concepções limitantes (Diniz; Oliveira, 2022).

¹Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

²Psicóloga, Doutoranda em Educação, Mestre em Educação e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

Historicamente no Brasil, pessoas com necessidades educacionais especiais, passavam pelo processo de escolarização por meio de serviços paralelos à educação regular, como por exemplo, em instituições especiais privadas de caráter filantrópico e em classes especiais do sistema público de ensino. O acesso à educação regular deve indicar o corte com duas marcas da educação da pessoa com necessidades especial no Brasil, o não acesso a qualquer tipo de escolarização e a centralidade do sistema segregado de ensino na rede privada filantrópica. O que significa haver uma aplicação do atendimento educacional em escolas regulares públicas e a migração desta população segregada para o ensino regular. Outro aspecto importante foi à elaboração de um sistema que sustente a permanência destes alunos e sua inserção efetiva na escolarização (Meletti; Riberto, 2014).

Vejamos que a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, surgiu no Rio de Janeiro, em 1954, através de um movimento criado pela necessidade de suprir a ineficiência do Estado em prestar assistência às pessoas com deficiência no país, as famílias dessas pessoas, estavam buscando alternativas para que seus filhos fossem incluídos na sociedade (APAE Brasil, 2024).

No entanto, as APAEs foram alvos de críticas colocando a educação como segregadora. Diniz & Oliveira (2022) apontam que não é sobre desconsiderar as contribuições das APAEs na luta por direitos das pessoas com deficiência, mas sim combater perspectivas sistêmicas de segregação, principalmente no que tange o acesso à escolarização de pessoas com deficiência. Dado o processo de exclusão ao qual o estudante de Educação Especial foi submetido ao longo da história, faz-se necessário problematizar as estruturas políticas que mantêm espaços excludentes. Somente assim acontecerão mudanças rumo à inclusão escolar e social efetiva, desfazendo visões capacitistas e segregadoras.

A desigualdade proveniente da segregação educacional nem sempre resulta em uma responsabilização dos legisladores ou dos atores escolares, pois a culpa do fracasso escolar dos alunos das classes menos favorecidas, na maioria das vezes, recai sobre eles e suas famílias. As marcas desta desigualdade têm origem na configuração que o Estado vem tomando desde o Brasil Império e permanece até os dias atuais (Smarjassi; Arzani, 2021).

Apesar do longo processo histórico excludente, atualmente as políticas públicas brasileiras têm levantado a bandeira do respeito à diversidade para a

educação especial desde a década de 1990 e ganhado força como políticas inclusivas por volta dos anos 2000 (Ferreira *et al.*, 2020). A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo IV aborda a inclusão no âmbito educacional e institui a obrigação do poder público de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades (Brasil, 2015).

No atual contexto, Araújo (2023) aponta alguns desafios para a implementação de práticas inclusivas no âmbito escolar, como o processo de formação de professores, a infraestrutura escolar, os recursos educacionais e a participação familiar.

Sendo assim, o trabalho em questão justifica-se através de uma experiência de estágio do curso de psicologia realizada por meio de observação de serviços ofertados em uma escola municipal localizada em uma cidade do interior da Zona da Mata Mineira. Nossa observação se concentrou no atendimento das pessoas com necessidades especiais, e o trabalho realizado pela psicóloga do serviço.

O objetivo do trabalho foi analisar a patologização de alunos na busca de diagnósticos.

Trabalhos como este são importantes para a promoção de reflexão em Psicologia Educacional e a fomentação de outros estudos sobre o tema. É necessário pensar sobre como essa patologização infundamentada pode ser prejudicial para o desenvolvimento da criança/adolescente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014), com o aumento da compreensão acerca dos transtornos mentais e seus tratamentos, os profissionais médicos, pesquisadores e clínicos voltaram a sua atenção para as características dos transtornos e suas implicações para tratamento e pesquisa. Discorre também que são necessários diagnósticos confiáveis para orientar recomendações de tratamento, para organização de serviços de saúde mental, identificação de grupos para pesquisas e para documentar informações relevantes sobre a saúde pública.

É importante entender que os transtornos mentais são determinados de acordo com normas e valores culturais, sociais e familiares, tendo em vista que as

estruturas de interpretação variam de acordo com a cultura e, com isso, molda a expressão de sinais, sintomas e comportamentos fundamentais para o diagnóstico. Ou seja, em uma avaliação, deve-se analisar se as experiências, sintomas e os comportamentos do sujeito se diferem das normas socioculturais as quais ele está inserido e se implicam dificuldades de adaptação em contextos sociais ou familiares específicos. Ainda segundo o manual diagnóstico, há uma variação entre os limites da normalidade e da patologia em distintas culturas, o que interfere no nível em que uma experiência se torna problemática ou patológica em determinado meio (DSM-5, 2014).

Rolim *et al.*, (2024) argumentam que, cada vez mais, percebe-se que comportamentos típicos da infância têm caracterizado sintomas hipotéticos de transtornos, justificando a busca por profissionais de saúde para fechar diagnósticos. Há décadas, na educação, tem-se percebido uma culpabilização do aluno como forma de justificar o baixo desempenho educacional. Os autores chamam a atenção para a necessidade de debater a respeito dos diagnósticos de transtornos e síndromes que, em muitos casos, estão sendo realizados com pouca criticidade, sem considerar o âmbito sócio-histórico de cada sujeito.

Correa (2010) discute que há uma predominância de uma lógica patologizante em crianças de classes sociais diversas, onde pouca ou nenhuma responsabilização é direcionada ao adulto/educador. Não se soma, para efeito de diagnóstico preciso, outros atores e grupos nos quais o jovem se insere.

Santos & Varela (2007) apontam que o sistema educacional se apoia, por diversas vezes, na avaliação classificatória como forma de medir o nível de aprendizagem ou competência dos estudantes. Este tipo de avaliação parte do pressuposto que todas as pessoas aprendem da mesma forma e no mesmo momento. No entanto, ignoram que as pessoas que possuem mais condições de aprender, aprendem melhor; enquanto que, outros indivíduos com características desfavoráveis, aprendem cada vez menos e são, muitas vezes, excluídos do processo de escolarização. A avaliação tem seu papel importante no modelo educacional e se faz necessário independente da norma ou padrão ao qual este se baseia. No entanto, deve-se buscar torná-la mais eficaz em seu objetivo primordial, melhorar o processo educativo (Santos; Varela, 2007).

Silva & Baptista (2021), pontuam como sendo um grande desafio a busca por uma nova ótica para análise dos processos sociais e diagnósticos. Além disso, enfatizam a necessidade de investimento em uma perspectiva despatologizante. Discorrem que:

Trata-se de uma busca de construção de parâmetros analíticos que considerem o sujeito em seu contexto, que problematize as dinâmicas simplificadoras que exigem repetições de comportamentos considerados adequados, reconhecendo que cada iniciativa de uma pessoa expressa um sentido, o qual precisa ser investigado a partir da teia geradora constituída por relações, intencionalidades, palavras e expectativas sociais. Tais fenômenos exigem investimento em sua problematização e discussões em espaços formativos e reflexivos (Silva; Baptista, 2021, p.60).

Como meio de extinguir a segregação e a discriminação das pessoas com deficiência em âmbito escolar, surge a educação inclusiva. Sendo um meio de proporcionar para que a criança e/ou adolescente com deficiência possam ter os mesmos direitos de aprendizagem. Ela é uma ferramenta que possibilita ao aluno aprender a partir de estratégias coletivas e individualizadas, respeitando a sua singularidade, seu ritmo e seus interesses. (Barbosa; Bezerra, 2021).

Destaca-se o importante papel da Psicologia para a Educação na promoção de ações que viabilizam a melhoria do ensino e da aprendizagem e a implementação de intervenções que buscam superar processos de exclusão, patologização e estigmatização social no âmbito educacional (CRPRS, 2020). A partir do descrito nas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, o profissional deve contribuir para melhorar a qualidade da Educação em toda sua multiplicidade, pautando-se em um saber específico da Psicologia de modo a possibilitar o fortalecimento de uma gestão educacional democrática que integre todos os agentes presentes na comunidade escolar, além de acompanhar de forma efetiva o processo de escolarização (CFP, 2013).

3 METODOLOGIA

O presente artigo tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa a partir do método de observação. Segundo (Minayo, 2001) a pesquisa qualitativa, nas ciências sociais, preocupa-se com uma realidade que não pode ser reduzida a operacionalização de variáveis (não pode ser quantificado). Assim sendo, preocupa-se com os significados, motivos, crenças, valores e atitudes presente nas relações

humanas, uma perspectiva que não pode ser captada em equações, médias e estatísticas.

O método de observação tem origem na antropologia e corresponde a uma prática de produção de dados por intermédio da relação entre pesquisador e os sujeitos pesquisados, interação esta que surge da observação direta, de conversas formais e informais, das entrevistas não diretivas etc (Moura, 2021).

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix na área da psicologia escolar. A observação foi realizada em uma escola municipal de uma cidade no interior da Zona da Mata Mineira, ao longo dos meses de fevereiro a maio, totalizando 40 horas, com oportunidade de observar o funcionamento, as atividades, o público e as demandas dos serviços ofertados na instituição de ensino.

A escola observada pertence à rede pública municipal e oferta ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) para 721 alunos e tem uma equipe de 39 docentes. Fundada a mais de 70 anos, encontra-se localizada no centro da cidade, tem em seu espaço físico 14 salas de aula, 1 biblioteca, 1 laboratório de informática, 1 laboratório de robótica, 1 laboratório de ciências, 1 sala dos professores com banheiro, 2 banheiros para os alunos (1 masculino e 1 feminino), 1 quadra esportiva, 1 cantina e um pátio extenso que dá volta em toda a escola.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em observações durante o estágio, acompanhamos a psicóloga e a assistente social da educação, além de observações em sala de aula e atividades de educação física.

A princípio, o que nos chamou atenção, diz respeito aos professores em sua maioria, com discursos de estarem cansados com o ambiente educacional, por vezes sem expectativa em relação ao desempenho de suas turmas. Uma professora chegou a relatar estar adoecendo, motivada por um aluno que apresenta crises constantes, relatou a dificuldade de atender toda turma, mesmo com a presença de uma monitora em sala de aula.

Xavier & Oliveira (2020) apontam que as expectativas docentes possuem efeito direto no desempenho do aluno. Ribeiro (2023) enfatiza que a motivação é um elemento chave na educação básica, devendo estar presente nos sujeitos

envolvidos nesse processo para a realização de práticas rotineiras. Destaca, que o excesso de trabalho em decorrência das muitas cobranças, carga excessiva de tarefas e horas de trabalho, falta de reconhecimento na carreira, envolvimento emocional e excesso de burocracia podem desenvolver burnout em professores. A autora aponta ainda que:

Às vezes, cumprir o simples exercício do ofício pode ficar mais difícil do que imaginamos – ou gostaríamos. O ritmo frenético do mundo globalizado, as crises econômicas cíclicas, diversas contas, cobranças excessivas. Tudo isso contribui para que a sensação de que o emprego se tornou um tormento, causando cada vez mais estresse entre os trabalhadores. Então, o que, na visão do grande público, é apenas um aborrecimento, para outras pessoas acaba se tornando um grave transtorno psíquico (Ribeiro, 2023, p. 26).

Em observação no período vespertino, acompanhamos dezesseis crianças, destas, onze apresentam algum diagnóstico com laudo entregue na escola, e cinco alunos não apresentam laudo, mas é classificado pela escola/professores, com necessidade especial. Na interação com os professores, observamos que eles tentam "diagnosticar" seus alunos, com falas do tipo: "ele é muito agitado, tem TDAH", "ela não faz nada que eu peço, tem TOD", "ele tem algum problema mental, só não descobriram ainda". Ouvimos usarem do diagnóstico para justificar o baixo desempenho ou o comportamento apresentado por seus discentes em sala de aula.

Silva (2022) destaca os rótulos presentes na comunidade escolar. Embora haja um convívio diário entre os sujeitos envolvidos no processo escolar, existem concepções pautadas em estereótipos, como exemplo, as representações dos estudantes com baixo rendimento como sendo desinteressados e as causas do seu fracasso sendo atribuídas a suas características. Rozeira *et al.*, (2024) descreve sobre a expansão da rotulação psiquiátrica que atinge, "as problemáticas relacionadas à infância que têm sido capturadas pelos discursos e práticas do saber médico-psiquiátrico e transformadas em psicopatologias que tendem a ser tratadas com o principal recurso disponibilizado pela psiquiatria na contemporaneidade: os psicofármacos" (p.18).

Outra observação que se faz pertinente, faz referência ao PDI – Plano de Desenvolvimento Individual. Segundo a pedagoga da escola observada, as crianças com necessidades especiais na instituição não tem o PDI.

Vejamos que existe uma falha nessa condução e talvez por isso venha permeado de tantos preconceitos e informações errôneas no que diz respeito à

educação inclusiva. Conforme o Art. 13 da Resolução SEE Nº 4.256/2020, o PDI é documento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do Público Alvo da Educação Especial (PAEE) e deve ser construído por todos os atores envolvidos no processo de escolarização do estudante (SEE-MG, 2020).

Silva (2013) aponta que, se antes havia uma negação das diferenças e uma busca pela homogeneidade, hoje, deve haver uma ruptura dessas práticas. Não se deve continuar fixando os indivíduos a modelos padronizados, mas sim promover a esses sujeitos condições de explorar as diferentes possibilidades de existência humana.

Acompanhamos a psicóloga e assistente social, no atendimento de três casos que descrevemos a seguir. Ressaltamos que os nomes utilizados são fictícios de forma a manter o sigilo e resguardar a identidade das crianças envolvidas. No primeiro atendimento estavam presentes a equipe técnica e pedagógica, a mãe e a tia do Leonardo, de seis anos. A família chegou a escola para levar o diagnóstico de transtorno opositor desafiador (CID-10 F91.3) da criança, para buscar orientação, apoio para o desenvolvimento educacional e solicitar monitor para ajudá-lo em sala de aula, este que apresenta desempenho baixo segundo as professoras. Em seu laudo, estava descrito a presença de comportamentos maldosos, desafiadores, impulsivos e de crueldade animal, ele também estava em investigação para Transtorno de Personalidade. No documento havia uma observação que apontava o uso de álcool na gravidez como possível causa do transtorno. No momento do atendimento, a mãe se apresentava desorientada e com uma fala arrastada, informação descrita pelas técnicas do serviço.

Na sequência do atendimento, observamos a pedagoga dizer que Leonardo não necessitava de monitor, mas de tomar remédio para controlar o humor e depois preocupar com aprendizagem do aluno.

Bezerra *et al.*, (2024) apontam que, para além do tratamento medicamentoso e psicológico, faz-se necessário o acompanhamento escolar e, embora o aluno com TOD não tenha direito a ser assistido por um profissional especializado, caso seja possível um auxiliar em sala, será de grande valia no manejo da demanda individualizada do aluno, sem excluir a importância do papel do professor.

Acrescenta a importância de um trabalho em conjunto, família e escola, associando questões educacionais, sociais, psicoterapêuticas e medicação.

Utzig *et al.*, (2021) destacam a necessidade de uma intervenção multidimensional (comportamental, acadêmica e emocional) e multicontextual (família e escola) envolvendo profissionais especializados, educadores e a família, tendo em vista os resultados satisfatórios gerados em relação aos comportamentos disruptivos dos alunos com TOD, assim como nas relações sociais, o que mostra a importância de olhar as especificidades de cada criança.

Outro caso observado refere-se ao André, onze anos, diagnosticado com síndrome de Down. Acompanhamos um movimento contrário nesse caso, pois, havia uma “força” da escola para que essa criança fosse transferida, alegando negligência da mãe com relação à higiene do menino, disseram que ele chegava à instituição “com uniforme rasgado e sujo de fezes”. Relataram que o monitor dava banho e colocava um uniforme novo fornecido pela escola, ao final da aula, o trocavam novamente com a roupa que veio de casa, alegando que se fosse embora com o uniforme novo, não retornava. Ouvimos ainda, a psicóloga relatar que buscaram auxílio do Ministério Público para transferência do aluno. A mãe da criança, se posicionava negando a transferência do filho até um certo tempo, acompanhamos, no entanto, André sendo transferido para a APAE.

Na escola, a notícia da transferência de André veio junto à comemoração de toda a equipe escolar. Uma das professoras expressou sua opinião no momento dizendo: “Se eu pudesse juntar todos os alunos com algum problema e pudesse colocá-los dentro de um ônibus e despejá-los na APAE, eu faria. Não existe inclusão de aluno especial em escola regular”.

O caso em questão, nos faz questionar se a equipe da escola conhece a legislação atual sobre a inclusão. Segundo a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a educação é direito da pessoa com deficiência, com a presença de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e um aprendizado contínuo, promovendo o máximo desenvolvimento possível das potencialidades, segundo as características do sujeito, interesses e necessidades de aprendizagem. Ainda na lei, descreve como dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso a educação de qualidade, sem qualquer tipo de violência, negligência ou discriminação (Brasil, 2015).

Destacamos ainda, a descrição da negligência que segundo Brasil (2009), consiste na omissão injustificada por parte do responsável em supervisionar ou prover as necessidades básicas de criança, adolescente ou pessoa com deficiência, no entanto, Azevedo e Guerra (2008), destacam a importância de distinguir a negligência em situações explicadas pela condição de vida da família do contexto social.

Rodrigues, Bernardino & Moreira (2022) refletem sobre as barreiras que atrapalham a dignidade da pessoa com deficiência e sobre as atitudes excludentes que a colocam em um mundo à parte, invisível e cruel.

No terceiro caso, apresentamos o Manuel, ele tem seis anos de idade, atualmente é residente em um acolhimento institucional. Segundo relatos da escola, a mãe é usuária de drogas e o pai está preso por violência contra a mãe. A professora solicitou atendimento da psicóloga, relatando que ele apresentava comportamentos desafiantes, atrapalhando o desenvolvimento das atividades, relatou que ele não tem diagnóstico formalizado, no entanto, afirmou que ele tem esquizofrenia, dizendo que “pesquisou no *Google*”, com base na medicação que ele utiliza. A psicóloga, ao realizar o atendimento, afirmou que a criança não apresenta comportamento patológico, porém destacou sua história de vida, tendo este, passado por vivências delicadas como, por exemplo, a violência do pai com a mãe.

Rozeira *et al.*, (2024) descreve que na sociedade contemporânea, em sua busca por respostas imediatas, propiciam diagnósticos e tratamentos cada vez mais generalizados. O fácil acesso à informação e a rápida pesquisa no *Google* ao experimentar algum sintoma exemplifica essa busca por soluções imediatas. Neste sentido, a tolerância à incompletude, à dor e à falta torna-se inexistente.

As condições as quais os adolescentes institucionalizados estão expostos fortalecem a situação de exclusão social, na medida em que, ao conviverem diariamente com a produção e reprodução dos estigmas, esses adolescentes passam a se transvestir de uma marca, um sinal de alerta, de ausência de produtividade, criatividade ou deformações éticas e morais, perdendo parte da sua individualidade perante ao outro e a si mesmo (Silveira, Nogueira & Silva, 2020).

O fenômeno de medicalização da vida no ambiente escolar está relacionado a construção de um protótipo de aluno e modelo educacional. Este enfoque médico acarreta em resultados negativos para os alunos, tendo em vista que transmitem a

visão errônea de que adolescentes e crianças devem se encaixar para atender a uma expectativa de comportamento e desenvolvimento construído socialmente, o que resulta em inúmeros equívocos sobre a dicotomia normal-patológico (Coelho, Sousa & Mota, 2022). Para Silveira, Nogueira & Silva (2020) o estigma deixa marcas internas que, ao serem externalizadas, compõem uma visão total do sujeito.

Trata-se, então, de uma sociedade que cria novas formas de subjetividade relacionadas ao sofrimento dos indivíduos e o aparecimento de novas patologias psíquicas, onde a medicalização da vida incita a reflexão a respeito da falha humana no apoio e valorização da identidade do outro, que no contexto do desenvolvimento infantil, se torna alvo das classificações medicamentosas, estatísticas e patologizantes, tornando a infância uma categoria vulnerável, que obedece aos dispositivos de controle, produzindo corpos dóceis e produtivos, para somente assim serem aceitos culturalmente (Coelho, Sousa & Mota, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, fica evidente que a patologização dos alunos na busca por diagnósticos é um fenômeno que merece atenção e reflexão por parte da comunidade educacional. Identificar e classificar comportamentos como desviantes, sem considerar o contexto e as múltiplas dimensões do ser humano, pode ser um equívoco que compromete a individualidade e a diversidade de cada estudante. É fundamental que os profissionais da área da educação estejam atentos a essa problemática, buscando alternativas que fomentem a inclusão e o respeito às diferenças, sem recorrer a uma abordagem meramente diagnóstica. A promoção de uma cultura escolar baseada na valorização da singularidade de cada indivíduo se mostra como uma estratégia benéfica não só para o desenvolvimento acadêmico, mas também para o bem-estar emocional e psicológico dos alunos.

Além disso, é importante que a sociedade como um todo reflita sobre os padrões e expectativas que são impostos às crianças e adolescentes, buscando desconstruir estereótipos e construir um ambiente que propicie o florescimento de talentos e potenciais individuais. Somente assim poderemos avançar de forma significativa no campo educacional, promovendo uma educação inclusiva e verdadeiramente transformadora.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. (2013). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, 5th Edition. Washington, DC: American Psychiatric Publishing.

APAE BRASIL. **Quem somos**. Disponível em: <<https://apaebrazil.org.br/conteudo/quem-somos>>. Acesso em: 31 mar. 2024.

ARAÚJO, Francisco Roberto Diniz. A POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERSPECTIVAS, DESAFIOS E PRÁTICAS EM CONTEXTO BRASILEIRO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. 3241–3252, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i10.11859. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11859>. Acesso em: 8 jun. 2024.

AZEVEDO, M. A. **Pesquisa Qualitativa e Violência Doméstica contra crianças e adolescentes (VDCA)**: por que, como e para que investigar testemunhos de sobreviventes. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/VDCA.doc>. Acesso em 31 de maio de 2024.

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021.

BEZERRA, Aguida Roberta da Silva *et al.* Transtorno opositor desafiador (TOD) no contexto escolar: uma revisão da literatura. **Revista Educação e Humanidades**, v. 5, n. 01, p. 59-80, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 27 de fev. de 2024.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 02 de jun. de 2024.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, Junho de 2009.

COELHO, Gilson Gomes; DE SOUSA, Paula Laena Paiva. MEDICALIZAÇÃO DA VIDA: USO DE PSICOFÁRMACOS NA INFÂNCIA E OS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 1, n. 10, p. 19-36, 2022.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 58 p.

Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Agora é Lei: Psicologia e Serviço Social na Educação Básica. **Entrelinhas**. Rio Grande do Sul, 84 ed., 2020. Disponível em: < https://www.crprs.org.br/entrelinhas/assets/edicaopdf/3b1cb-crp_ed84_v6.pdf>. Acesso em: 28 de abr. de 2024.

CORREA, Andrea Raquel Martins. Infância e patologização: crianças sob controle. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 97-106, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932010000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jun. 2024.

DINIZ, Margareth; OLIVEIRA, Cintia Marques de Queiroz. A ESCOLARIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL: SEGREGAÇÃO E CAPACITISMO. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 16, n. 30, p. 323-341, 2022.

FERREIRA, G. M *et al.*. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: EM DISCUSSÃO A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC). **Revista Inclusiones**, v. 7, n. 1, p. 10 - 34, 31 dic. 2019. Disponível em: <https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/22>. Acesso em 02 de jun. de 2024.

MELETTI, S. M. F.; RIBEIRO, K.. INDICADORES EDUCACIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL. **Cadernos CEDES**, v. 34, n. 93, p. 175–189, maio 2014.

MINAS GERAIS. **RESOLUÇÃO SEE Nº 4.256/2020**. Diretrizes para Normatização e Organização da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Minas Gerais, 10 de jan. de 2020. Disponível em < https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=10446422&codigo_crc=3412BFFF&hash_download=9a0af0e3611e478ca926cfac2feee70706c76d4d26a4f6b67b82a4b15656785eb1aced3ce427f680f3fa13da160f81135efec9193509d77b4c46d7aecfb5d4aa&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0>. Acesso em 7 de jun. de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2024.

MOURA, Diego Luz. **Pesquisa qualitativa: um guia prático para pesquisadores iniciantes**. Editora CRV, 2021.

RIBEIRO, Nazine de Moura Bittencourt. **Professores do século XXI: a pandemia e a exaustão profissional**. 50 p. 2023. Dissertação (Curso de Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, Jaguarão, 2023.

RODRIGUES, M.; BERNARDINO, J. L. F.; MOREIRA, M. V. . Barreiras atitudinais: A exclusão que limita a acessibilidade de pessoas com deficiência. **Revista Ibero-**

Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1311–1326, 2022.
DOI: 10.21723/riaee.v17i2.15058. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15058>. Acesso em: 8 jun. 2024.

ROLIM, Giordano Bruno Messias *et al.* **A relação patologização do ensino com o baixo desempenho escolar**: uma revisão narrativa. CONEDU - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos (Vol. 02). Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em:
<<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/106007>>. Acesso em: 26/05/2024.

ROZEIRA, C. H. B.; SILVA, M. F. da; PEREIRA, V. L. M. S.; DOMINGUES, M. G.; SOARES, S. X.; SOUZA, J. V. D. B. de; BRANDÃO, L. A. M.; GENTIL, I. B. dos S.; ARAÚJO, S. de O. S.; MATOS, M. de L. F. M. de; MATOS, A. A. L. de; RAIMUNDO, S. da S. P.; VASCONCELOS, R. M.; MARINS, B. C. T.; SOUZA, V. de O. F. B. de. Questionando rótulos: o perigo da psicopatologização e da medicalização da vida. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. e5978, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.3-292. Disponível em:
<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5978>. Acesso em: 8 jun. 2024.

SANTOS, Monalize Rigon dos; VARELA, Simone. A avaliação como um instrumento diagnóstico da construção do conhecimento nas séries iniciais do ensino fundamental. **Revista eletrônica de educação**, 2007.

SILVA, Carla Maciel da; BAPTISTA, Cláudio Roberto. Patologização e medicalização da vida: a infância e os processos de escolarização. Ceccim, Ricardo Burg; Freitas, Cláudia Rodrigues de (orgs.). **Fármacos, remédios, medicamentos**: O que a educação tem com isso?. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2021. P. 53-64., 2021.

SILVA, Fernanda Pontes. **De quem é a culpa?**: uma análise sobre o fracasso escolar na disciplina de Física a partir dos enunciados de professores e estudantes. 2022.

SILVA, Lázara Cristina da. Prefácio. In: POKER, Rosimar Bortolini *et al.* **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. Editora Oficina Universitária, 2013.

SILVEIRA, Alcione Januária Teixeira da; NOGUEIRA, Marlice de Oliveira e; SILVA, Luciano Campos. Entre a escola e o abrigo: estigmas, conflitos e insucesso escolar de adolescentes. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 11, n. 32, p. 432–465, 2020. DOI: 10.26514/inter.v11i32.4438. Disponível em:
<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4438>. Acesso em: 8 jun. 2024.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, Jose henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021. Disponível em:

<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>>. Acesso em: 26/05/2024.

UTZIG, S. M. .; CASTRO, C. J. de; DIAS, M. A. . de M. B. .; BALK, R. de S. .
ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA PROMOVER A INTERAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR (TOD) NO ÂMBITO ESCOLAR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 1, p. 250–263, 2022. DOI: 10.5216/ia.v47i1.71370. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/71370>. Acesso em: 8 jun. 2024.

XAVIER, FLAVIA PEREIRA; OLIVEIRA, VALÉRIA CRISTINA DE. APRENDIZADO, EXPECTATIVAS DOCENTES E RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 31, n. 76, p. 76-103, jan. 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-68312020000100076&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 jun. de 2024.